

8 — Métodos de selecção — nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, o método de selecção utilizado será a avaliação curricular e, com carácter complementar, haverá uma entrevista profissional de selecção.

Na avaliação curricular serão avaliados os factores: habilitação académica de base; formação profissional; experiência profissional, e classificação de serviço, previstos no artigo 22.º

A entrevista profissional de selecção, não sendo eliminatória, visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, nos termos do artigo 23.º

Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

9 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao governador civil do distrito de Viana do Castelo e entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para a Rua da Bandeira, 249, 4900-560 Viana do Castelo, no prazo de 10 dias úteis.

10 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade, bem como o serviço de identificação que o emitiu), residência, código postal e telefone;
- Habilitações literárias;
- Habilitações profissionais (cursos de formação com indicação do número de dias e horas de respectiva duração);
- Referência ao concurso a que se candidata;
- Indicação da categoria e serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos gerais previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204-/98, de 11 de Julho, para provimento de funções públicas;
- Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever referir por serem relevantes para a apreciação do seu mérito, os quais só serão tidos em consideração pelo júri quando devidamente comprovados.

11 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- Curriculum vitae*, datado e assinado, do qual constem, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exerce e as exercidas anteriormente, com indicação dos respectivos períodos de duração e actividades relevantes, bem como a formação profissional detida e a respectiva duração;
- Certificado autêntico ou autenticado;
- Certificados, autênticos ou autenticados, comprovativos da formação profissional complementar;
- Declaração, emitida pelo serviço a que o candidato pertence, da qual conste, de forma inequívoca, a categoria que detém e a natureza do vínculo, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e a descrição das tarefas e responsabilidades que lhe estiverem cometidas durante o mesmo período e que comprovem a sua experiência profissional.

12 — Aos funcionários deste Governo Civil é dispensável a apresentação dos documentos referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º 11 do presente aviso, caso constem no respectivo processo individual, devendo tal facto ser expressamente referido pelo candidato no requerimento de admissão ao concurso.

13 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

O júri do presente concurso terá a seguinte composição, cabendo ao 1.º vogal efectivo a substituição da presidente nas suas faltas e impedimentos:

Presidente — Maria da Graça Trindade Fernandes Vieira Ribeiro, secretária do Governo Civil do Distrito de Viana do Castelo.

Vogais efectivos:

Maria Sofia de Sá Urbano da Costa Lima, técnica de informática do grau I do quadro de pessoal do Governo Civil do Distrito de Viana do Castelo.

Maria Manuela da Cunha Bezerra Gonçalves Rodrigues, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do Governo Civil do Distrito de Viana do Castelo.

Vogais suplentes:

Arminda Rodrigues Gonçalves Teixeira Couto, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do Governo Civil do Distrito de Viana do Castelo.

Manuela de Jesus Guerreiro Gomes Barbosa, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do Governo Civil do Distrito de Viana do Castelo.

26 de Abril de 2006. — A Secretária, *Maria da Graça Trindade Ribeiro*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 5883/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Geronimo Barbosa Néto, natural de Bahia, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 5 de Dezembro de 1967, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5884/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Luis dos Reis, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 12 de Novembro de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5885/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mussá Baldé, natural de Pirada, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 5 de Fevereiro de 1967, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5886/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a João Carvalho da Veiga, natural de Santiago Maior, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 22 de Agosto de 1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5887/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 24 de Fevereiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Luciana Maria Monteiro de Macedo, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 7 de Janeiro de 1955, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5888/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Março de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Salvador Semedo Mendes de Carvalho, natural de Nossa Senhora da

Graça, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 4 de Abril de 1974, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5889/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 14 de Março de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Zhuo Lijun, natural de Qingtian, República Popular da China, de nacionalidade chinesa, nascida em 7 de Fevereiro de 1965, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 5890/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 14 de Março de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José Mendes Vieira, natural de São João Baptista, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 5 de Junho de 1952, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho n.º 10 871/2006 (2.ª série). — *Lista n.º 15/06.* — Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Abril de 2006, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres e de direitos políticos previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos dos artigos 15.º e 17.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com os artigos 2.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, ao cidadão brasileiro:

Data
de
nascimento

Guacyra da Cunha Guimarães Alves 5-2-61

28 de Abril de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Instituto Camões

Despacho n.º 10 872/2006 (2.ª série). — De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na versão que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, os titulares dos cargos de direcção intermédia a que se reportam os n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 2.º daquele diploma legal são recrutados, por procedimento concursal, de entre funcionários licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo adequadas ao cargo a prover.

O procedimento concursal é publicitado no *Diário da Pública*, em órgão de imprensa de expansão nacional e na bolsa de emprego público.

Cumpridos estes formalismos legais e analisadas as candidaturas apresentadas, verifica-se que a candidata Helena Fernanda Esteves Alves, pelas aptidões pessoais demonstradas, pela formação e experiência profissional da qual é detentora, designadamente na área da gestão pública, possui o perfil pretendido para o exercício do cargo em causa.

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 20.º e dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na versão que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

1 — Nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Helena Fernanda Esteves Alves, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração

Extrajudicial, no cargo de chefe de divisão de Apoio Técnico da Direcção dos Serviços Centrais do Instituto Camões.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Maio de 2006.

26 de Abril de 2006. — A Presidente, *Simonetta Luz Afonso*.

Curriculum vitae

Nome — Helena Fernanda Esteves Alves.

Data de nascimento — 19 de Outubro de 1972.

Formação académica:

Licenciatura em Direito (Ciências Jurídicas), em Julho de 1997, pela Universidade Autónoma de Lisboa;
Estágio de advocacia, concluído em Julho de 1999;
Mestrado em Ciências Jurídicas, realizado na Universidade Autónoma de Lisboa, concluído em 2001.

Formação profissional complementar relevante:

Curso de alta direcção em Administração Pública (CADAP), promovido pelo Instituto Nacional de Administração, 2004-2005;

Ação de formação sobre «O concurso de pessoal na Administração Pública», promovida pelo Instituto Nacional de Administração;

Ação de formação sobre «A reforma do contencioso administrativo», promovida pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social;

Ação de formação sobre a «Utilização do Linius — Caixa Mágica», promovida pelo ITIJ — Ministério da Justiça.

Experiência profissional no âmbito da formação académica:

Desde Agosto de 1999 iniciou funções de técnica superior de 2.ª classe no então Instituto da Cooperação Portuguesa, onde desempenhou as funções inerentes ao acompanhamento da cooperação portuguesa com os países de língua oficial portuguesa nas áreas de direitos humanos, justiça, reinserção social, minorias étnicas, assuntos parlamentares e administração interna. Posteriormente, foi responsável pela organização das missões de observação/supervisão eleitoral portuguesas em diversos países, sendo, nestas matérias, o *focal point* de Portugal para com a ONU, OSCE e UE. Após a independência de Timor-Leste, integrou a coordenação da cooperação portuguesa com este país. Em 2002, integrou a Direcção-Geral de Administração, na qual era responsável pelo apoio jurídico ao Instituto, nomeadamente no que respeita aos recursos humanos, através da emissão de pareceres e de acompanhamento de processos no âmbito do direito da Administração Pública, direito do trabalho, direito administrativo e direito da cooperação.

Em Dezembro de 2003 foi requisitada pela Direcção-Geral de Administração Extrajudicial do Ministério da Justiça, com vista ao desenvolvimento de acções tendentes à criação e acompanhamento de julgados de paz. Em 2004 foi transferida para o quadro da Direcção-Geral de Administração Extrajudicial como técnica superior de 1.ª classe onde prosseguiu as funções anteriormente desempenhadas, bem como procedeu à preparação de diversos protocolos e diplomas legais e elaboração de estudos tendo em vista o desenvolvimento do projecto dos julgados de paz no âmbito do território nacional e elaboração de pareceres e procedimentos jurídicos sobre temáticas relacionadas com os meios alternativos de resolução de litígios.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 10 873/2006 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 185.º da Constituição da República Portuguesa, serei substituído na minha ausência, nos dias 4 e 5 de Maio de 2006, pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Dr. Carlos Costa Pina.

2 de Maio de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.